



Juízo de Direito - Juizado Violência Doméstica C/ Mulher
Rua Samaritana, 160, Ed. Juiz Pedro Medeiros Pereira, Complexo Justiça
Especializada Des Paulo da Rocha, Santa Edwiges - CEP 57310-245, Fone:
3482-1695, Arapiraca-AL - E-mail: jecmulherara@tjal.jus.br

Autos nº: 0700654-37.2020.8.02.0058

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Representante: L. S.

Representado: E.G. A. e outra

DECISÃO

Trata-se de pedido de medidas protetivas de urgência ajuizado por L. S. em face de E. G. A. E e G. A., todas qualificadas nos autos.

A requerente narrou que era guardiã de J. R. B. L., que foi criado e educado como seu filho. Posteriormente, J. R. B. L. casou-se com E. G. A., sendo G.A. genitora dela.

Ocorre que, segundo a requerente, as requeridas por não aceitarem a sua condição de mulher trans, foram à sua casa *"(...) com o fito apenas de destratar, denegrir e agredir a requerente, com ofensas homofóbicas"*.

Ressaltou que durante a discussão foi agredida pelas requeridas e que não revidou porque tem sérios problemas de saúde, sendo reagente para HIV (p. 16).

Afirmou, por fim, estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão das medidas protetivas de urgência.

Juntou Boletim de ocorrência de n. 001047/2020.

Em essencial, é o relatório.

DA PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES TRANSGÊNERO E TRANSEXUAIS

Na seara legislativa há iniciativas de ampliação do alcance da norma para que passe a constar de forma expressa a possibilidade de mulheres transgênero e



Juízo de Direito - Juizado Violência Doméstica C/ Mulher
Rua Samaritana, 160, Ed. Juiz Pedro Medeiros Pereira, Complexo Justiça
Especializada Des Paulo da Rocha, Santa Edwiges - CEP 57310-245, Fone:
3482-1695, Arapiraca-AL - E-mail: jecmulherara@tjal.jus.br

transexuais contarem com a proteção da Lei Maria da Penha.¹

A despeito de ainda encontrar-se em trâmite projeto de lei que estende aos transgêneros e transexuais a proteção da Lei Maria da Penha, cabe ao Poder Judiciário enfrentar a questão, definindo o alcance da lei 11.340/2006 com base em uma leitura moralizante da Constituição, fulcrada em axiomas e princípios, de modo a emprestar maior efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Ao discutirmos, de forma adequada, os direitos da comunidade LGBTQI+ é importante que nós cidadãos não apenas defendamos nossos direitos individuais, mas que assumamos a defesa de todos os direitos dos demais indivíduos componentes da comunidade. Dworkin preconiza que "uma sociedade na qual a maioria despreza as necessidades e pretensões de alguma minoria, é ilegítima e injusta".

O alcance da Lei Maria da Penha às mulheres transgênero e transexuais, bem como o reconhecimento de outros direitos, a exemplo do uso de banheiro feminino, deve se definir com base na leitura moralizante da Constituição, aferindo os princípios e valores a emprestar maior luz. Nesse sentido devem ser lidas e interpretadas as cláusulas constitucionais que definem os pressupostos do Estado Democrático de Direito, que integra, politicamente, os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade.

O viés de liberdade sobre o qual nos debruçamos é o de não estar subjugado a outrem, não se sentir ameaçado ou amedrontado, o direito de liberdade que deve ser reconhecido à autora da ação de poder conduzir o seu modo de vida sem constrangimentos.

No presente caso, a liberdade da qual tratamos é a de mudar, dentre as múltiplas formas de exercer o gênero a autora fez a sua opção e cabe à sociedade respeitar. Ao exercer o seu direito de liberdade de mudança de gênero passa a ter ela, a autora, o direito de exclusiva reserva individual, devendo ser tratada em condições de igualdade em relação às demais mulheres, cabendo ao judiciário assegurar a preservação da sua intimidade, vida privada, imagem e honra, na exata dicção do art. 201, § 6.º da CF.

Nesse sentido entendo que convivendo em um ambiente familiar ou dentro de uma relação íntima de afeto, está a requerente no campo de abrangência de proteção da Lei Maria da Penha, uma vez que o presente texto normativo não leva a efeito

¹ PLS 191/2017.



Juízo de Direito - Juizado Violência Doméstica C/ Mulher
Rua Samaritana, 160, Ed. Juiz Pedro Medeiros Pereira, Complexo Justiça
Especializada Des Paulo da Rocha, Santa Edwiges - CEP 57310-245, Fone:
3482-1695, Arapiraca-AL - E-mail: jecmulherara@tjal.jus.br

qualquer restrição às transexuais, tampouco exige prévia retificação do registro civil ou cirurgia de adequação de sexo, sendo certo que a autora já possui uma sentença favorável de alteração de nome proferida nesta comarca (pgs. 10-13); Se a lei não fez restrição quando sexo biológico feminino, não cabe ao intérprete fazê-lo, a fim de promover os direitos fundamentais de hipervulneráveis.

O deferimento da medida protetiva tem respaldo na documentação colacionada aos autos e na palavra da vítima mulher que possui especial relevância em casos desta natureza. Consequentemente, verifico da leitura da petição inicial a necessidade da intervenção do Poder Público como medida apta à segurança da requerente.

A requerente narra um cenário de prática de ofensas e agressões das requeridas para com ela, supostamente motivadas pela não aceitação de sua identidade de gênero em contexto familiar, tendo procurado a assistência jurídica para assegurar a sua integridade física e psicológica. Requereu, expressamente, que as requeridas sejam proibidas de se aproximar dela, de seus familiares e de testemunhas e que sejam proibidas de manter qualquer contato direto ou indireto com ela e seus familiares.

Pela palavra da vítima, materializada no boletim de ocorrência, há um contexto de ofensas à honra e à integridade física da vítima, onde as requeridas teriam a agredido e proferido xingamentos contra ela, em razão de sua identidade de gênero. As agressões e xingamentos são graves, pois não seriam decorrentes do que a requerente fez o faz – característica definidora da moderna natureza humana – mas por quem ela é, pelo exercício do direito de liberdade de escolher/mudar.

A Lei n. 11.340/2006, em seu Capítulo II, previu a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência pelo magistrado, inclusive de forma liminar, quando provocado pela ofendida ou pelo Ministério Público, sendo essas direcionadas tanto à proteção da vítima quanto à imposição de obrigações ao agressor – no sentido de assegurar a proteção da vítima.

A par dessas premissas, constato que o deferimento das medidas protetivas é medida a se impor.

III. DISPOSITIVO



Juízo de Direito - Juizado Violência Doméstica C/ Mulher
Rua Samaritana, 160, Ed. Juiz Pedro Medeiros Pereira, Complexo Justiça
Especializada Des Paulo da Rocha, Santa Edwiges - CEP 57310-245, Fone:
3482-1695, Arapiraca-AL - E-mail: jecmulherara@tjal.jus.br

Ante o exposto, **CONCEDO A MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA**, nos termos do artigo 22 da Lei n. 11.340/2006, razão pela qual determino a aplicação das seguintes medidas, **pelo prazo de seis meses a contar da data de intimação das requeridas:**

I – ficam as requeridas PROIBIDAS de se aproximarem da ofendida, estando ela ou não na residência dela, e de quaisquer testemunhas dos fatos tratados nestes autos, **devendo manter uma distância mínima de 20 (vinte) metros de quaisquer dessas pessoas, dada a proximidade das residências da requente e das requeridas;**

II – ficam as requeridas PROIBIDAS de manterem qualquer espécie de contato com a ofendida ou com quaisquer das pessoas acima mencionadas por quaisquer meios de comunicação – inclusive por telefone.

Fica, ainda, as requeridas cientes de que **O DESCUMPRIMENTO DE QUAISQUER DAS MEDIDAS AQUI MENCIONADAS PODERÁ IMPLICAR A DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA**, nos termos do artigo 20 da Lei nº 11.340/2006, e do artigo 312, parágrafo único, c/c art. 313, III, ambos do Código de Processo Penal, além de incidir nas penas do Art. 24-A da Lei Maria da Penha (*Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018).*

Defiro o benefício da justiça gratuita, porquanto foi declarada a insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, na forma do art. 98 do CPC.

Citem-se e intimem-se ambas as partes para audiência designada (**dia 12/03/2020, às 9 horas**), neste Juizado, com fundamento no art. 334 do CPC.

Tendo a medida protetiva natureza cível e aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, em razão do princípio da cooperação, **consigno que as requeridas poderão oferecer contestação, por petição, no prazo de quinze dias, cujo termo inicial será a data da audiência mediação acima designada, conforme o art. 335, I, do CPC.**



Juízo de Direito - Juizado Violência Doméstica C/ Mulher
Rua Samaritana, 160, Ed. Juiz Pedro Medeiros Pereira, Complexo Justiça
Especializada Des Paulo da Rocha, Santa Edwiges - CEP 57310-245, Fone:
3482-1695, Arapiraca-AL - E-mail: jecmulherara@tjal.jus.br

Dê-se ciência ao Ministério Público para que adote as medidas pertinentes no sentido de apurar eventual infração penal, se assim entender cabível.

Intime-se a requerente para que compareça ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV), para fins de acompanhamento, orientação e direcionamento a outros serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

Ademais, intime-se a requerente para cientificá-la do inteiro teor da presente decisão e de que qualquer descumprimento das medidas protetivas aplicadas deverá ser por ela imediatamente comunicado a este Juízo, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Processe-se em segredo de justiça.

Intimem-se as partes desta decisão.

Cumpra-se com a urgência.

Arapiraca , 22 de janeiro de 2020.

Alexandre Machado de Oliveira
Juiz de Direito